

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DO COLEGIADO GESTOR

Colegiado gestor; Participação social; Controle social; Território; Mobilização; Multiprofissional

Introdução

O colegiado gestor constitui um dispositivo de participação popular na Atenção Primária à Saúde (APS), voltado à gestão compartilhada e à corresponsabilização entre usuários, trabalhadores e gestores de um território. Em uma Unidade Básica de Saúde gerida por Organização Social de Saúde (OSS), onde a realização do colegiado gestor se torna "obrigatória", visto que está previsto como meta contratual no contrato de gestão do Município junto à OSS. Esse espaço tensiona modelos hierárquicos tradicionais ao favorecer maior horizontalidade na tomada de decisões, em consonância com os princípios da Reforma Sanitária Brasileira e da democratização da gestão. A partir da inserção de uma equipe de residentes multiprofissionais em uma Clínica da Família no município do Rio de Janeiro, observou-se, durante a participação mensal nas reuniões do colegiado gestor, um processo de esvaziamento desse espaço, evidenciado pela baixa participação de usuários e profissionais.

Métodos

Diante desse cenário, foram planejadas e executadas estratégias para fortalecer a apropriação do colegiado gestor pelos diferentes atores do território. As ações incluíram divulgação em grupos desenvolvidos na unidade, nos quais os profissionais apresentavam o colegiado como espaço de diálogo entre usuários, trabalhadores e gestão, incentivando a participação comunitária. Também foram realizadas atividades educativas e de sensibilização por meio da distribuição de convites em salas de espera e durante atividades coletivas, como grupos de respiração guiada e de práticas corporais e atividade física, ampliando a divulgação e o reconhecimento do colegiado.

Resultados / Discussão

As estratégias implementadas favoreceram o aumento da participação de usuários nas reuniões do colegiado gestor e ampliaram o reconhecimento desse espaço como dispositivo de controle social. Observou-se maior circulação de informações sobre seu funcionamento, contribuindo para o esclarecimento de dúvidas e o estímulo ao interesse pela participação. Apesar dos avanços, permanecem desafios relacionados à adesão contínua dos participantes e à consolidação do colegiado como espaço permanente de corresponsabilização na gestão do serviço. Os resultados evidenciam que a existência formal do colegiado, por si só, não garante sua efetividade, sendo indispensáveis ações permanentes de mobilização, sensibilização e fortalecimento da participação social.

Considerações Finais

A experiência demonstrou o potencial das ações desenvolvidas pelos residentes multiprofissionais para fortalecer o colegiado gestor como espaço democrático de participação, diálogo e controle social na APS. Embora persistam desafios para a sustentabilidade do engajamento comunitário, a experiência reforça a importância de estratégias contínuas de mobilização e educação em saúde, capazes de aproximar usuários, trabalhadores e gestão. Além de contribuir para a qualificação da participação popular, essas iniciativas fortalecem práticas de gestão compartilhada e reafirmam os princípios da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS), compreendendo a saúde como direito de cidadania e a participação social como elemento essencial para a consolidação de uma gestão democrática.

Imagens Anexas



Referência Bibliográfica

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: Política Nacional de Humanização: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.